
Ética da informação: reflexões e inserção curricular¹

Armando Malheiro da Silva²
Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Centro de Investigação Transdisciplinar em Espaço, Memória e Território
(Grupo Cultura Digital)

Resumo:

No excelente verbete de síntese, intitulado *Ética* e inserido na incontornável e insubstituível Enciclopédia Einaudi, Leszek Kolakowski começa por advertir que na filosofia anglo-saxônica a *Ética* é normalmente concebida como a análise racional dos conceitos e juízos de valor, nomeadamente o modo como se pode determinar a validade desses juízos, o que leva a excluir do campo ético a pregação moral ou a divulgação de opiniões morais, mas para outras correntes filosóficas, a *Ética* e a *Moral* não podem ser rigidamente separadas, abordando na sua complexidade e interligação os problemas do bem e do mal, do justo e do injusto, assim como os problemas de significação das palavras “bom” e “justo”. A *Ética* é, assim, uma disciplina filosófica com uma problemática própria e com uma inevitável possibilidade de se aplicar a sectores, contextos e casos concretos. Uma possibilidade desenvolvida em duas linhas que se articulam: (a) uma de reflexão ética propriamente dita; e (b) outra mais especificamente deontológica, elencando, analisando e discutindo os deveres profissionais que cabem dentro de cada uma das atividades de trabalho e dentro de ambientes corporativos. Nesta comunicação pretende-se definir o que é a *Ética da Infocomunicação* e como ela deve acompanhar a análise científica (seja das Ciências da Informação e da Comunicação, seja da Sociologia, da Antropologia, etc.) dos processos folkcomunicacionais, das práticas dos mídias e das dinâmicas interculturais, cuidando e trabalhando sobre os resultados dessa contínua pesquisa; e como é importante ter nos planos curriculares de graduação e de pós-graduação uma disciplina que não se limite a apresentar conteúdos

¹ Trabalho apresentado no GP Folkcomunicação, Mídia e Interculturalidade, XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professor catedrático Departamento de Ciências da Comunicação e Informação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Portugal. Co Diretor do curso de Doutoramento Informação, Comunicação e Plataformas Digitais (ICPD) da UP. Pesquisador do Centro de Investigação Transdisciplinar em Espaço, Memória e Território - (Grupo Cultura Digital). E-mail: armando.malheiro@gmail.com

deontológicos, ou seja, matéria de deveres dos profissionais da informação e da comunicação, mas integre-a num debate ético mais geral e enriquecedor.

Palavras-chave:

Ética da Infocomunicação; Deontologia; Folkcomunicação; Mídias; Dinâmicas Interculturais.

Introdução

O termo infocomunicação teve divulgação pública através de um livro intitulado *e-infocumcação: estratégias e aplicações* (Passarelli, Silva e Ramos, 2014) que marcou a maturação de um programa doutoral realizado conjuntamente entre as Universidades do Porto e de Aveiro em Portugal, inscrito num campo assumidamente inter e transdisciplinar – as Ciências da Comunicação e da Informação. Trata-se de relacionar a pesquisa e a problematização epistemológica da disciplina Ciência da Informação com as disciplinas que estudam e formam profissionais da Comunicação. Não é um empreendimento fácil, as resistências são profundas e baseadas numa separação prática secular entre as comunidades envolvidas, mas cada vez é mais evidente que o campo de estudo e de formação existe com vínculos internos fortes e que é preciso explicitá-lo, marcá-lo e desenvolvê-lo através de um de um diálogo reflexivo intenso.

Há, assim, uma dinâmica constitutiva de uma interdisciplina em várias frentes e nesta comunicação, assumidamente direcionada para a subtemática da Folkcomunicação, pretende-se iniciar reflexão e pesquisa sobre a configuração ética do objeto e das pesquisas, tendo em conta os aspetos identitários e multiculturais do processo. Infocomunicacional. Este imperativo já foi iniciado para o objeto informação através de vários Autores, destaque para Rafael Capurro e Luciano Floridi, especialmente o primeiro com a proposta de uma “Ética intercultural da Informação”. Uma proposta pertinente por enfatizar uma evidência: os valores e princípios éticos universais mesclam-se com valores culturais específicos das comunidades que os geram e preservam. E se isto é válido no campo informacional, não o é menos no comunicacional. Porém e quanto foi possível apurar este caminho de articulação desses dois campos a partir de um ponto comum: convocar a Ética a fim de que possa ajudar a enfrentar problemas que decorrem do esforço epistemológico inerente à emergência desta interdisciplina.

O roteiro desenhado para esta curta e exploratória intervenção assenta em três momentos apenas: no primeiro é obrigatório apresentar as definições operatórias de informação e de comunicação que enformam a nossa perspectiva epistemológica; o segundo a Ética em geral e a da Informação, sobre a qual versa predominantemente a literatura disponível, subsumindo até a comunicação; e terceiro e último, um desafio prático para que esta abordagem desencadeada aqui receba um impulso concretizador efetivo: nos planos de estudo dos cursos de graduação de Ciência da Informação (ou de Biblioteconomia e de Arquivologia) e de Comunicação e Jornalismo uma unidade curricular de Ética da Infocomunicação.

1. Definições operatórias

A definição de informação que foi formulada em 2002 (Silva: Ribeiro) pretendeu amarrar duas dimensões distintas: uma que remete para a realidade ou o plano da fenomenalidade, do fenómeno, e outra para o plano da construção do objeto científico que é construído sobre um referente do real. Assim, entende-se por informação o conjunto estruturado de representações mentais e emocionais codificadas, modeladas socialmente, passíveis de serem registadas num qualquer suporte e comunicadas de forma assíncrona e multidireccional. Uma definição composta em três módulos: no primeiro a informação designa o “conjunto estruturado de representações mentais e emocionais codificadas e modeladas socialmente” - aqui jogam papel decisivo e extensivo vários conceitos-chave interligados: a representação, a estrutura e a estruturação (capacidade de ativar estrutura), o trinômio cérebro, mente e meio social, a emoção e a emotividade (presença de sentimentos e imagens arquetípicas profundas), a singularidade do signo e a plasticidade do símbolo; no segundo –“passíveis de serem registadas num qualquer suporte” – sinaliza-se a tendência, mas não a inevitabilidade, de as representações poderem ser materializadas e converterem-se por isso mesmo em documento ou passarem a ser documentadas; e no terceiro –“comunicadas de forma assíncrona e multidirecionada”- sublinha-se a consequência comunicacional, ou seja, pelo meio ou canal, sempre um suporte material, ocorre a transmissão positiva que é a geradora de comunicação ou partilha entre emissor e receptor.

Este último módulo da definição exposta introduz a definição de comunicação como um ato de comunhão ou partilha de sentido. É, na verdade, uma definição curta e simples, mas bastante exigente: (1) comunicação não é informação; (2) comunicação

faz-se materialmente, suportada por meios ou canais físicos que asseguram a transmissão; (3) exige partilha ou comunhão de sentido, exige que os interlocutores (podem ser mais que um para um do modelo clássico de Lasswell – emissor-receptor) precisam de se entenderem, de estarem semanticamente sintonizados, o que implica ausência de ruídos e um esforço mútuo de diálogo efetivo.

Estas definições servem para guiar a pesquisa nas disciplinas em foco, mas são também indispensáveis para orientarem o contributo da Ética da infocomunicação.

2. A Ética e sua aplicabilidade

A Ética da Infocomunicação ao derivar da Ética inscreve-se por inteiro na Filosofia e, sendo assim, percebe-se o entendimento de Ludwig Wittgenstein, para quem “A ética, na medida em que provém do desejo de dizer algo sobre o sentido último da vida, o bem absoluto, o valor absoluto, não pode ser ciência”³. Um posicionamento que se replica na literatura especializada disponível.

E se começarmos pelo verbete Ética do volume 37 – Conceito Filosofia / Filosofias da incontornável Enciclopédia Einaudi, logo no primeiro parágrafo se lê que “Na filosofia anglo-saxónica, a ética é atualmente concebida como análise racional dos conceitos e juízos de valor, incluindo o modo como se pode determinar a validade dessas asserções” (KOLAKOWSKI, 1997: 300) e na síntese final é claramente afirmado que a Ética como a Lógica e a Metafísica são ramos da Filosofia “intimamente ligada à religião e ao direito, ela ocupa-se das normas que regem ou devem reger as relações de cada indivíduo com os outros e dos valores que cada indivíduo deve realizar no seu comportamento” (KOLAKOWSKI, 1997: 339). Se com este perfil ou caracterização quisermos entendê-la como disciplina, terá ainda assim que ser como disciplina filosófica, É o que decorre, aliás, da consulta de outras obras, como a da filósofa e eticista espanhola Adela Cortina ou de quem sobre ela se tem debruçado. No primeiro capítulo da parte I – “O âmbito da Ética” – da sua *Ética Mínima*, Adela Cortina debruça-se sobre “o que não compete à Ética fazer” e afirma:

Certamente, não devemos permitir que nos confundam com moralistas, porque não é tarefa da ética indicar aos homens o que devem fazer de modo imediato. Mas, por outro lado, não podemos permitir que nos identifiquem com o historiador (mesmo que façamos a história

³ Citado por KAGGE (2017: 104).

da ética), com o narrador descomprometido com o pensamento alheio, com o asséptico analista da linguagem ou com o cientista. Mesmo que não possa, de modo algum, prescindir da moral, a histórias, a análise linguística ou os resultados das ciências, a ética tem sua tarefa própria, que só pode levar a cabo como filosofia: e apenas como filosofia moral (CORTINA, 2009: 37).

Para Adela Cortina são dois os pilares sobre que assenta a ética, sem os quais perde o seu objetivo: “o interesse moral e a fé na missão da Filosofia” (CORTINA, 2009: 40). Não anda longe deste posicionamento epistemológico Luís de Araújo em sua *Ética* (2010), perspectivando-a “como uma reflexão sobre os valores que no âmbito da ação real e concreta suscitam a adesão da vontade humana a fim de proporcionarem livremente o aperfeiçoamento da existência individual e social, conduzindo assim a um combate permanente em prol da Dignidade” (ARAÚJO, 2010: 34).

Postura diferente é a do filósofo espanhol, exilado em México desde 1939 até sua morte em 2011, Adolfo Sánchez Vázquez concebeu a *Ética* como “a teoria ou ciência do comportamento moral dos homens em sociedade. Ou seja, é ciência de uma forma específica do comportamento humano” (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 2017: 23). E acrescenta:

Como ciência, a ética parte de certo tipo de fatos visando descobrir-lhes os princípios gerais. Nesse sentido, embora parta de dados empíricos, isto é, da existência de um comportamento moral efetivo, não pode permanecer no nível de uma simples descrição ou registo dos mesmos, mas os transcendem com seus conceitos, hipóteses e teorias. Enquanto conhecimento científico, a ética deve aspirar à racionalidade e objetividade mais completas e, ao mesmo tempo, deve proporcionar conhecimentos sistemáticos, metódicos e, no limite do Possível, comprováveis (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 2017: 23).

Sánchez Vázquez rejeita claramente a concepção que ele apelida de “tradicional” e segundo a qual a *Ética* é reduzida a um capítulo da Filosofia, em geral, especulativa. Enformado pelo materialismo histórico-dialético percebe-se a intenção do filósofo espanhol de associar a *Ética* a um processo político de intervenção e de transformação positiva da sociedade. Sem resvalar para tal plano, o cientista e eticista da informação, *heideggeriano* em termos filosóficos, Rafael Capurro tende a colocar a *Ética* da Informação como uma disciplina que parece ocupar o papel e a missão própria da Ciência da Informação. A sua proposta de *Ética* intercultural tem o mérito de chamar a

atenção de que a indagação ética não pode ficar alheia às especificidades culturais dos povos e das pessoas (CAPURRO, 2010), apresentando-se com uma dupla faceta: teoria descritiva e teoria emancipatória. A primeira visa explorar as estruturas de Poder que influenciam as atitudes informacionais e as tradições em diferentes culturas e épicas. A segunda desenvolve criticismos das atitudes morais e das tradições no campo informacional em um nível individual e coletivo, incluindo aspetos normativos. Mesmo que não seja admitindo explicitamente a faceta descritiva confere à Ética da Informação um estatuto sociológico e científico, que, em nossa opinião lhe cabe, precisamente porque tanto a Sociologia e a Ciência da Informação desempenham esse papel e vão mais além que o mero registo descritivo, avançando para o plano compreensivo e explicativo.

Defende-se, assim, uma distinção operativa entre Ciência e Ética da Informação, não por conformismo com a “conceção tradicional da Ética”, cunhada por Adolfo Sánchez Vásquez, mas por imperativo de bom senso e racionalidade crítica. E aceita-se, com Rafael Capurro, que a Ética da Informação seja uma teoria emancipatória que dialoga com as Ciências Súcias e, dentro destas, com as Ciências da Comunicação e da Informação. Um diálogo indispensável através do qual a Ética pode ajudar o ser humano a refletir sobre si mesmo, sobre a condição humana numa época de riscos vários, nomeadamente a ameaça da “singularidade”, ou seja, novos “seres inteligentes” criados a partir da Inteligência Artificial e da Robótica (GANASCIA, 2018).

Estabelecida à distinção óbvia e garantida a complementaridade, resta esboçar como se pode desenvolver o contributo ético quer sobre a atividade informacional, como a comunicacional. E o contributo é hoje valioso por força dos constrangimentos inesperados causados pela Era Digital em que já nos encontramos imersos. A Declaração dos Direitos do Homem firmada em 1948 por um significativo número de países constituintes da Organização das Nações Unidas consagrou em seu articulado a liberdade de formulação de ideias e de expressão, a igualdade entre todos os seres humanos sem distinção de classe, género ou cor da pele, assim como fixou o direito à privacidade e defesa do bom nome e da dignidade humana até prova em contrário apreciada em julgado. Essa Declaração é um *vade mecum* ético com valores e princípios universais obviamente testados e contraditos pelas especificidades política, social e, sobretudo cultural dos diversos povos e países.

Uma Ética da Infocomunicação hoje tem de começar pela via comparatística e confrontar os valores e princípios universais com o modo como eles aparecem interiorizados e vividos nas mais diversas comunidades, guiando os respectivos comportamentos morais. E como essas comunidades interagem com os riscos e desafios que a tecnologia digital e as denominadas “mídias sociais” vão colocando de forma cada vez mais forte, atingindo igualmente a Ética em geral. Se nos situarmos nesta via comparatista e geral facilmente percebemos que o domínio de acção infocomunicacional é um só: o respeito pela liberdade de expressão é um imperativo bem presente na vida dos jornalistas, mas ele está inevitavelmente contextualizado de acordo com o contexto orgânico em que se manifesta (seja uma pessoa, uma empresa, uma instituição ou um órgão de comunicação). Esta base ética comum não exige e convive, naturalmente, com códigos deontológicos diferenciados entre os profissionais da informação e os da comunicação, mas esta diferenciação deontológica e moral decorrem do teor normativo que é determinado pelas situações específicas e concretas que cada grupo profissional tem de lidar e resolver. Porém, a conduta que eles seguem tem de possuir na raiz uma “iluminação ética” forçosamente comum.

3. A sensibilização prática para a Ética da Informação

Do exposto até aqui compreende-se a importância do contributo ético e da sua relação com a interdisciplinar das Ciências da Comunicação e da Informação nos cursos de graduação ou Licenciaturas. Mas para que este exercício impulsionador e exploratório possa ser útil urge desenhar, pelo menos, uma iniciativa que reúna consenso e possa ser implementada de maneira gradual e com carácter de “experiência ou piloto”.

O que aqui vamos deixar indicado não é novo, porque o propusemos já e está em execução para os cursos de Ciência da Informação e de Biblioteconomia (Silva e Paleta, 2017) e consiste na criação de uma unidade curricular ou disciplina semestral obrigatória ou optativa, composta por duas partes: a primeira versa sobre a Ética e sua aplicação ao campo interdisciplinar da infocomunicação; e a segunda mais analítica e comparatística compara valores e princípios e recenseia especificidades contextuais e culturais, com imprescindível recurso a uma abordagem casuística. Os códigos de conduta profissional são importantes e merecem enfoque no fim do programa, mas não são o tópico mais relevante e muito menos não justificam por si só a criação desta

componente letiva. O enquadramento ético e epistemológico desses códigos é que torna inteligíveis e legítimos.

Não cabe aqui desenhar ementas ou programas do conteúdo da disciplina a criar, mas se for seguida a orientação supra expressa será fácil desenhar os conteúdos e definir a estratégia didática a seguir. O interessante é que a Ética da Infocomunicação seja leccionada para graduados de documentação/informação e para os da comunicação, mas sem quaisquer ajustes, nem recorte de matéria a leccionar, porque o interessante será que ambos os grupos partilhem o mesmo conteúdo e para ambos seja direcionada, também, toda a problemática relevante sobre multiculturalidade e interdisciplinaridade.

Referências

- ARAUJO, Luís de. *Ética*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2010.
- CAPIRRO, Rafael. Desafios teóricos y prácticos de la Ética intercultural de la Uniformación. In: **Simpósio de ética da informação**: conceitos, abordagens, aplicações, 1, João Pessoa. Anais. João Pessoa: Ideia. 1 CD-ROM. 2010.
- CORTINA, A. **Ética mínima**: introdução à filosofia prática. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- GANASCIA, Jean-Gabriel **O Mito da singularidade**: devemos temer a inteligência artificial? Lisboa: Circulo de Leitores, 2018.
- KAGGE, Erling. **Silêncio na era do ruído**. Lisboa: Quetzal Editores.
- KOLAKOWSKI, L. (1997). **Ética**: conceito, filosofia/filosofias. In: Enciclopédia Einaudi, v. 37, p.300-339, 2016.
- PASSARALLI, Brasilina; SILVA, Armando Malheiro da; RAMOS, Fernando, org. *E-infocomunicação: estratégias e aplicações*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2014.
- SÀNCHEZ VAZQUEZ, Adolfo (2017). **Ética**. 37ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- SILVA, Armando Malheiro da; RIBIRO, Fernanda. **Das “ciências” documentais à ciência da informação**: ensaio epistemológico para um novo modelo formativo. Porto: Edições Afrontamento, 2002.